

Moraes nega pedido do X no Brasil para se isentar de ordens judiciais

Moraes nega pedido para isentar X de cumprir determinações judiciais

Ministro apontou "má-fé" em argumento apresentado pela empresa de que escritório brasileiro não possui poder de decisão

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem pedido do X (antigo Twitter) no Brasil para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais. A decisão foi tomada em meio à repercussão dos ataques feitos pelo dono da rede social, Elon Musk, contra a Justiça brasileira.

Em uma série de publicações na plataforma desde sábado, o empresário afirmou que deixaria de cumprir ordens para bloquear perfis de investigados por atos antidemocráticos e chegou a defender o impeachment do ministro. Em resposta, Moraes incluiu Musk como investigado no inquérito das mídias digitais e estabeleceu multa diária de R\$ 100 mil para cada perfil que for reativado sem autorização.

Diante das ameaças de Musk, representantes legais da empresa no Brasil tentaram se antecipar e enviaram documento ao STF, alegando que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça.

O argumento é de que as representações locais se limitam a encaminhar os ofícios das autoridades às sedes nos Estados Unidos e na Irlanda, que teriam a palavra final sobre as determinações judiciais.

Na decisão, Moraes afirma que o escritório é um "elo indispensável" para a operação da plataforma no Brasil e, com a alegação, busca se "eximir de qualquer responsabilidade" sobre as ordens do STF. Ele afirmou que o pedido "beira a litigância de má-fé". "A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional", escreveu.

O ministro também deixa claro no despacho que os representantes do X no Brasil poderão ser punidos nas esferas civil e penal em caso de descumprimento de ordens judiciais.

Investigação

Ontem, o procurador-geral da República Paulo Gonet afirmou, em manifestação enviada a Moraes, que considera "pertinente" que os representantes do X sejam ouvidos pela Polícia Federal (PF) sobre a reativação de contas suspensas. A PF abriu investigação sobre o caso na segunda-feira.

Também ontem, a Comissão de Segurança do Senado aprovou convite a Musk para participar de audiência pública sobre bloqueios de perfis em redes sociais. Representantes de outras plataformas também devem ser convidados para o debate.

Empresário faz novo ataque; Lula reage com indireta



Presidente deu declaração durante lançamento de programa em Brasília

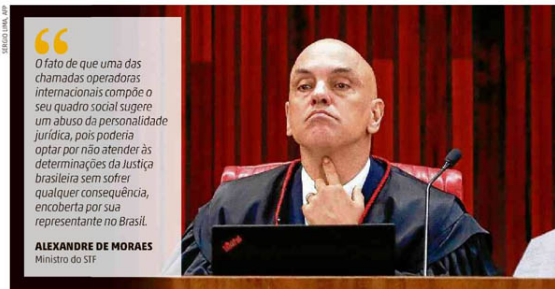
Após as manifestações no fim de semana, Elon Musk voltou a atacar o ministro Alexandre de Moraes. Em nova publicação na noite de segunda-feira, o bilionário se referiu a Moraes como "ditador do Brasil" e afirmou que o juiz possui o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "na coleira". Musk ainda afirmou que o ministro "tirou Lula da prisão" e "colocou o seu dedo na balança para eleger" o presidente.

Ontem, o próprio Lula deu uma indireta a Musk, durante o evento de lançamento de um programa voltado ao combate ao desmatamento na Amazônia. "Tem até bilionário tentando fazer fuguete, tentando fazer viagem para ver se encontra espaço lá fora, não tem. Ele vai ter de aprender a viver aqui, ele vai ter de usar muito do dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui - disse Lula, sem citar nominalmente Musk, que também é proprietário da empresa de transporte espacial SpaceX.

Detalhe ZH

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado ontem pelo governo federal, prevê R\$ 730 milhões em investimentos para combater o desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios prioritários na Amazônia. Os recursos serão repassados aos municípios a partir da lógica do "pagamento por performance", quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido.

Segundo o governo, apenas por aderirem à iniciativa, todos os municípios receberam R\$ 500 mil em equipamentos e serviços. De acordo com o Palácio do Planalto, os municípios aptos a participar foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Até o momento, 53 municípios já aderiram. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.



Magistrado afirmou que plataforma busca "verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional"

Outras repercussões

JULGAMENTO DO MARCO CIVIL SERÁ LIBERADO ATÉ JUNHO, AFIRMA TOFFOLI
O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que deve liberar o julgamento sobre o Marco Civil da Internet até junho.

O caso, que discute a responsabilidade das plataformas digitais por conteúdos publicados, chegou a ser pautado no ano passado, mas foi suspenso para aguardar o julgamento do projeto de lei que regulamenta as redes sociais na Câmara.

Até agora, o projeto, que é conhecido como PL das Fake News, não foi analisado pelos deputados.

"Em razão de solicitação para se aguardar a votação, na Câmara dos Deputados, de novas regras dispondo sobre a matéria, o julgamento do caso acabou não ocorrendo em 2023. Os autos deverão ser encaminhados para julgamento até o final de junho, encontrando-se, a proposta de voto, ainda pendente de ajustes pontuais", alegou o ministro, em nota divulgada pelo STF.

CÂMARA TROCA RELATOR E PL DAS FAKE NEWS RETORNA À ESTACA ZERO
O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários da Casa decidiram criar um grupo de trabalho para discutir o PL das Fake News.

O relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), será substituído. A avaliação é de que o relatório apresentado pelo parlamentar no ano passado está "contaminado".

Na prática, isso significa que o debate será retomado praticamente do zero e que um novo texto será construído. O grupo de trabalho deve ter duração de 30 a 45 dias.

De acordo com Lira, a intenção é evitar as disputas ideológicas em torno da proposta. Segundo ele, a versão anterior foi "polemizada" diante das acusações de cerceamento à liberdade de expressão. O presidente da Câmara também negou que a decisão tenha relação com a manifestação de Dias Toffoli.

FLÁVIO BOLSONARO DIZ QUE MUSK "NÃO COMETEU CRIME"
Em entrevista ao programa Rôda Viva, da TV Cultura, na noite de segunda-feira, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) defendeu Elon Musk. Segundo ele, o dono do X "não cometeu crime nenhum". - Ele apenas falou, se posiciona, fez uma pergunta a um ministro que usa a rede social dele - disse.

Flávio também classificou a postura do ministro Alexandre de Moraes como "fora da lei" e "contraditória".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 8